
**EDITAL DE CREDENCIAMENTO-
CHAMADA PÚBLICA Nº
002/2020 – ABAETETUBA,
ACARÁ, ALTAMIRA,
ANANINDEUA, BARCARENA,
BELÉM, BENEVIDES, BRAGANÇA,
CAPANEMA, CAMETÁ,
CASTANHAL, GARRAÇÃO DO
NORTE, ITAITUBA, JACUNDÁ,
MARABÁ, MARITUBA, OUREM,
PARAGOMINAS, REDENÇÃO,
SALINOPOLIS, SANTA IZABEL,
SANTARÉM, TAILÂNDIA, TOMÉ-
AÇÚ, TUCURUI, XINGUARA.**



CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2020 – IASEP

A Comissão instituída pela Portaria nº 023 /2020 de 05 de Fevereiro de 2020, do Presidente do IASEP, torna público, a quem interessar possa que fará realizar “**CHAMADA PÚBLICA**” nos termos e condições desta, visando firmar **CONTRATO**, regido pela Lei 8.666/93, para os prestadores de serviços, objetivando a prestação de assistência na área de saúde aos segurados e dependentes do IASEP para o Município de **ABAETETUBA, ACARÁ, ALTAMIRA, ANANINDEUA, BARCARENA, BELÉM, BENEVIDES, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CASTANHAL, GARRAÇÃO DO NORTE, ITAITUBA, JACUNDÁ, MARABÁ, MARITUBA, OUREM, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SALINOPOLIS, SANTA IZABEL, SANTARÉM, TAILÂNDIA, TOMÉ-AÇÚ, TUCURUI, XINGUARA**, consoante as regras e especificações da presente Chamada Pública e seus anexos I e II.

Os interessados poderão retirar a Chamada Pública, nos seguintes sites: www.compraspara.pa.gov.br e www.iasep.pa.gov.br.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Período de Recebimento: 09/03/2020 a 20/03/2020 das 08h00min às 12h00min.

Local: Avenida Gentil Bittencourt, 2175, entre 03 de Maio e 14 de Abril, São Brás, Belém, 3º andar Sala de Reunião, ou nas unidades regionais do IASEP mais próximas dos municípios atendidos pelo edital, ou, na ausência destas unidades, enviar pelos Correios por Sedex.

Belém, 09 de Março de 2020.

FRANK KARSON XABREGAS LOBATO
Presidente da Comissão de Credenciamento do IASEP

ROBSON MANOEL COSTA PEREIRA
Membro da Comissão de Credenciamento

DANIEL ARACATY LOBATO
Membro da Comissão de Credenciamento

YARA MARIA BARROS CAVALEIRO DE MACEDO
Membro da Comissão de Credenciamento

LEANDRO LUCAS DOS SANTOS
Membro da Comissão de Credenciamento

ANDREA FONTENELE GOMES ALVES
Membro da Comissão de Credenciamento

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO:

O objeto do presente **edital** é as contratações de credenciados, Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas (Exclusivo apenas para os Municípios de: ABAETETUBA, ACARÁ, ALTAMIRA, BARCARENA, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CASTANHAL, GARRAFÃO DO NORTE, ITAITUBA, JACUNDÁ, MARABÁ, OUREM, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SALINOPOLIS, SANTARÉM, TAILANDIA, TOMÉ ACÚ, TUCURUI, XINGUARA) para a prestação de serviços na área de saúde, aos segurados do IASEP, conforme os procedimentos solicitados no Anexo I. Considerando a necessidade de se firmar acordos contratuais para prestação dos serviços abaixo discriminados para os Municípios de: **ABAETETUBA, ACARÁ, ALTAMIRA, ANANINDEUA, BARCARENA, BELÉM, BENEVIDES, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CASTANHAL, GARRAFÃO DO NORTE, ITAITUBA, JACUNDÁ, MARABÁ, MARITUBA, OUREM, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SALINOPOLIS, SANTA ISABEL, SANTARÉM, TAILÂNDIA, TOMÉ-ACÚ, TUCURUI, XINGUARA**, objetivando evitar prejuízos no atendimento à saúde dos segurados/dependentes deste órgão nos referidos municípios.

-Atendimento Ambulatorial para Consultas nas Especialidades de: Clínica Médica, Cardiologia, Cirurgia Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia/Obstetrícia, Gastrenterologia, Hepatologia, Mastologia, Nutrição, Neurologia, Oncologia, Otorrinolaringologia, Ortopedia/Traumatologia, Oftalmologia, Pediatria, Pneumologia, Psiquiatria, Reumatologia e Urologia.

-Apoio Diagnóstico em: Laboratório de Análises Clínicas, Diagnóstico por Imagem Grupo I, II e III;
Diagnose Especializada em: Cardiologia, Ginecologia, Oftalmologia e Gastrenterologia

-Tratamento Sequencial em: Acupuntura, Fisioterapia, Fonoterapia, Psicologia, Audiometria, Terapia Ocupacional e RPG.

-Assistência Ambulatorial e Hospitalar: Atendimento de Urgência e ou Emergência, Internação Clínica/ Cirúrgica,/Obstétrica e Pediátrica e UTI.

1.1 Parágrafo Primeiro: O IASEP não se obriga a contratar todos os procedimentos ofertados pelos proponentes, reservando-se o direito de contratar somente os procedimentos solicitados no Anexo I e na quantidade adequada à demanda do órgão.

1.2 Parágrafo Segundo: A prestação de serviços na área de saúde deverá atender às especificações e condições especiais na presente **Chamada Pública**, sob pena de inabilitação.

2 – JUSTIFICATIVA:

2.1 - A autarquia estadual IASEP é instituição gestora do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Pará, estabelecido através da Lei n. 6.439 de 14 de janeiro de 2002, com adesão facultativa crescente, que atualmente conta com 213.000 segurados, distribuídos entre Belém e 143 Municípios do Estado.

3 – PRAZO DE CONTRATO

3.1 – O prazo do contrato será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado na forma prevista do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

4 – PAGAMENTO

4.1 O Pagamento pelos serviços prestados serão efetuados tendo como base as seguintes condições:

- 4.1.1 - O pagamento dos serviços prestados será realizado no prazo de 90(noventa) dias, a partir da apresentação das contas ao CONTRATANTE, excetuando-se o valor referente a glosas;
- 4.1.2 - O CONTRATADO deve apresentar a Nota Fiscal e Recibo, acompanhados de Guias de recolhimento de FGTS e INSS, devidamente quitadas, referente ao mês anterior à execução do serviço;
- 4.1.3 - Os pagamentos devidos ao CONTRATADO, serão efetuados através de Ordem Bancária em Conta Corrente do Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, conforme os termos do Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008;

CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2020 – IASEP

1. DO OBJETO

O objeto do presente **edital** é as contratações de credenciados, Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas (Exclusivo apenas para os Municípios de: ABAETETUBA, ACARÁ, ALTAMIRA, BARCARENA, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CASTANHAL, GARRAFÃO DO NORTE, ITAITUBA, JACUNDÁ, MARABÁ, OUREM, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SALINOPOLIS, SANTARÉM, TOMÉ ACÚ, TUCURUI, XINGUARA) para a prestação de serviços na área de saúde, aos segurados do IASEP, conforme os procedimentos solicitados no Anexo I. Considerando a necessidade de se firmar acordos contratuais para prestação dos serviços abaixo discriminados para os Municípios de: **ABAETETUBA, ACARÁ, ALTAMIRA, ANANINDEUA, BARCARENA, BELÉM, BENEVIDES, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CASTANHAL, GARRAFÃO DO NORTE, ITAITUBA, JACUNDÁ, MARABÁ, MARITUBA, OUREM, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SALINOPOLIS, SANTA IZABEL, SANTARÉM, TAILÂNDIA, TOMÉ-ACÚ, TUCURUI, XINGUARA**, objetivando evitar prejuízos no atendimento à saúde dos segurados/dependentes deste órgão nos referidos municípios.

-Atendimento Ambulatorial para Consultas nas Especialidades de: Clínica Médica, Cardiologia, Cirurgia Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia/Obstetrícia, Gastrenterologia, Hepatologia, Mastologia, Nutrição, Neurologia, Oncologia, Otorrinolaringologia, Ortopedia/Traumatologia, Oftalmologia, Pediatria, Pneumologia, Psiquiatria, Reumatologia e Urologia.

-Apoio Diagnóstico em: Laboratório de Análises Clínicas, Diagnóstico por Imagem Grupo I, II e III;
Diagnose Especializada em: Cardiologia, Ginecologia, Oftalmologia e Gastrenterologia

-Tratamento Sequencial em: Acupuntura, Fisioterapia, Fonoterapia, Psicologia, Audiometria, Terapia Ocupacional e RPG.

-Assistência Ambulatorial e Hospitalar: Atendimento de Urgência e ou Emergência, Internação Clínica/ Cirúrgica,/Obstétrica e Pediátrica e UTI.

1.3 Parágrafo Primeiro: O IASEP não se obriga a contratar todos os procedimentos ofertados pelos proponentes, reservando-se o direito de contratar somente os procedimentos solicitados no Anexo I e na quantidade adequada à demanda do órgão.

1.4 Parágrafo Segundo: A prestação de serviços na área de saúde deverá atender às especificações e condições especiais na presente **Chamada Pública**, sob pena de inabilitação.

2. REGÊNCIA LEGAL

O presente credenciamento é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais legislação pertinente, aplicando-se, no que couber, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado, e as regras capituladas nesta **Chamada Pública**.

3. PRAZOS

- 3.1** O requerimento de credenciamento conforme **Chamada Pública**, deverá ser dirigido a Comissão Técnica de Credenciamento, acompanhado de toda a documentação exigida no item 6 deste Edital, devendo ser protocolado período, horário e locais indicados no Edital de Publicação desta.
- 3.2** O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento mediante **Chamada Pública**, será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado, a juízo do Instituto, por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses;
- 3.3** A assinatura do contrato será mediante convocação pelo Gabinete da Presidência do Instituto.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente processo:

As Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas (Exclusivo apenas para os Municípios de: ABAETETUBA, ACARÁ, ALTAMIRA, BARCARENA, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CASTANHAL, GARRAFÃO DO NORTE, ITAITUBA, JACUNDÁ, MARABÁ, OUREM, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SALINOPOLIS, SANTARÉM, TOMÉ ACÚ, TUCURUI, XINGUARA) legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal; que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do IASEP e do direito administrativo; que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e Anexos I e II;

4.2. ESTÃO IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DO PRESENTE PROCESSO:

- 4.2.1.** Pessoas físicas e/ou jurídicas cujos sócios e/ou dirigentes também ocupem cargo de direção e/ou de assessoramento junto ao IASEP, de acordo com o § 4º do art. 26 da Lei Federal nº 8080/90, bem como responsável pela licitação, empresas suspensas ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública direta ou indireta, seja Federal, Estadual ou Municipal;
- 4.2.2.** Serão considerados inabilitados do presente processo, os concorrentes que deixarem de apresentar qualquer dos documentos obrigatórios exigidos no presente edital.
- 4.2.3.** O credenciado, cujo contrato encerrar-se-á no presente exercício, e que tenha interesse em continuar a prestar serviços para o IASEP, deverá participar da presente Chamada Pública, sob pena de não ter renovado seu contrato.

5. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E OFERTA DE SERVIÇOS

5.1- Os interessados deverão entregar no local, durante o período indicado no preâmbulo da Chamada Pública, a documentação de habilitação, e a documentação de qualificação técnica e oferta de serviços, envelope com folhas numeradas, precedida de Recibo de Entrega, em duas vias:

5.2- O envelope deverá ser identificado da seguinte forma:

Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados, em um envelope fechado e lacrado contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

| |
|--|
| <p>DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OFERTA DE SERVIÇOS IASEP Chamada Pública nº. 002/2020– IASEP: Contratação de Credenciados (Pessoa Jurídica) para a prestação de serviços na área de saúde nos municípios: ABAETETUBA, ACARÁ, ALTAMIRA, ANANINDEUA, BARCARENA, BELÉM, BENEVIDES, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CASTANHAL, GARRAFÃO DO NORTE, ITAITUBA, JACUNDÁ, MARABÁ, MARITUBA, OUREM, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SALINOPOLIS, SANTA IZABEL, SANTARÉM, TAILÂNDIA, TOMÉ-AÇÚ, TUCURUI, XINGUARA. (razão ou denominação social, CNPJ, endereço do concorrente, telefone, E-mail).</p> |
|--|

5.3- Da Oferta de Serviços

5.3.1. Os interessados deverão entregar um requerimento onde discrimine todos os serviços que desejam executar e suas respectivas especialidades, de acordo com os procedimentos ofertados nesta Chamada Pública.

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

O solicitante deverá apresentar para a habilitação os seguintes documentos:

6.1. PESSOA JURÍDICA

6.1.1 Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, e no caso de sociedades por ações, também acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrados. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal (através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).
- c) Prova de Regularidade junto Fazenda Estadual (Tributária e Não Tributária).
- d) Prova de Regularidade junto Municipal, do domicílio da Licitante, atualizadas;
- e) Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.
- f) Declaração de que não emprega menor conforme o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do art. 27, V, todos da lei de licitações, Anexo II
- g) Certidão negativa de débitos trabalhistas.

6.1.3. Documentos Relativos à capacidade técnica:

- a) Alvará sanitário atualizado (Vigilância Sanitária Municipal e/ou estadual);
- b) Memorial descritivo contendo: Especificação do quadro de pessoal; Equipamentos técnicos correlatos a área de atuação; descrição da Área física devendo contemplar no mínimo: Microcomputador, especificando a configuração básica: processador, memória, HD e placa de rede; acesso à internet de banda larga; linhas telefônicas e fax, com números especificados; especificação do e-mail;
- c) Relação do Corpo Clínico para atendimento da área de atuação, contendo Declaração pessoal dos profissionais indicados pela proponente, de que se encontram à disposição da mesma (indicando a razão social da empresa) para a execução dos serviços (RG; CPF, diploma e certificado de residência ou especialização, se houver com documento comprobatório do título de mestrado e/ou doutorado, quando houver e quitação com o conselho de classe, de cada um dos profissionais);
- d) Prova de Regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe da proponente;
- e) Declaração de que possui as instalações físicas e equipamentos adequados e disponíveis para a prestação dos serviços objetos deste Edital. Anexo IV
- f) A Descrição dos serviços a serem contratados. Anexo V

6.1.4. Documentos Relativos à capacidade Econômica Financeira:

- a) Balanço Patrimonial balancetes ou balanços provisórios e Demonstração de Resultado do exercício social de 2019, que comprovem a “boa situação financeira” da empresa.
- b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede empresa licitante;

6.2. PESSOA FÍSICA

- a) Diploma de graduação;
- b) Título de especialista na área proposta ou Certificado de Conclusão de Residência médica na área proposta reconhecida pelo Conselho Profissional;
- c) Documento comprobatório do título de mestrado e/ou doutorado;
- d) Inscrição no Conselho Profissional Competente;
- e) Comprovante de quitação de anuidade do Conselho Profissional Competente;
- f) CPF;
- g) Documento de Identidade;
- h) Inscrição do ISS;
- i) Currículo vitae atualizado;
- j) Declaração de que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados para a prestação dos serviços objetos do Edital, mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal de sua disponibilidade, devendo contemplar no mínimo necessário para execução do serviço;
- k) Microcomputadores, indicando a quantidade, as características e as especificações de cada equipamento, software instalados, possibilidade de conexão para transmissão de informações, via placas de comunicação de dados;
- l) Linhas telefônicas, informando os números e descrevendo o sistema de telefonia existente;
- m) Acesso à Internet, indicando o e-mail, fax, informando a quantidade de aparelhos e o número de linhas telefônicas;
- n) Sistema informatizado de gerenciamento de processos, com descrição de suas características;

6.3 – A documentação discriminada nos itens **6.1** e **6.2** somente serão apresentadas à Comissão de Credenciamento, em envelope lacrado durante o período a ser designado no preâmbulo da Chamada Pública 002/2020.

RESULTADO FINAL

- 6.1** Proclamando o resultado final os Habilitados e Inabilitados desde credenciamento, promoverá a Comissão de Credenciamento, a remessa dos autos à autoridade competente com vistas à deliberação final, dando ciência à/as empresa/as melhor qualificada e promovendo a sua Divulgação para possível assinatura de contrato.
- 6.2** Serão credenciados os interessados que preenchem os requisitos previstos desta Chamada Pública;
- 6.3** Após análise da documentação e com base no parecer técnico mencionado na cláusula anterior, a Comissão Técnica de Credenciamento emitirá Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento, por especialidade e/ou área de interesse, no quantitativo solicitado por esta Chamada Pública, o qual será submetido de imediato à homologação da Presidência do Instituto;
- 6.4** Das decisões homologatórias da Presidência, caberá pedido de reconsideração no prazo de 05 dias,
- 6.5** Das decisões da Presidência em grau de reconsideração caberá recurso ao Conselho de Administração do IASEP, no prazo de 05 dias, a contar da data da ciência da decisão;

7. DA VISTORIA TÉCNICA

8.1 Será realizada vistoria técnica “in loco” por equipe designada pelo Instituto nas instalações dos interessados no credenciamento, que obtiveram sua habilitação, visando emitir parecer técnico sobre os

aspectos relativos às condições da área física do serviço, higiene, biossegurança, corpo clínico, identificação do funcionamento dos equipamentos declarados e necessários à realização de consultas, procedimentos, exames;

8.2 A vistoria técnica será realizada após a conclusão da fase de habilitação ao credenciamento.

8. DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO.

9.1. Serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos desta **Chamada Pública**, de acordo com as necessidades do Instituto e a disponibilidade financeira e orçamentária;

9.2. Após análise da documentação e com base no parecer técnico mencionado na cláusula anterior, a Comissão Técnica de Credenciamento emitirá Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento, por especialidade e/ou área de interesse, no quantitativo solicitado por esta Chamada Pública, o qual será submetido de imediato à homologação da Presidência do Instituto;

9.3. Das decisões homologatórias da Presidência, caberá pedido de reconsideração no prazo de 05 dias,

9. DA CONTRATAÇÃO

a) Os interessados que forem habilitados ao credenciamento por esta **Chamada Pública**, serão Contratados por meio de instrumento de prestação de serviços, cuja minuta consta no Anexo IV (contrato), onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações;

b) São de inteira responsabilidade das empresas e profissionais contratados, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes de execução do Contrato;

c) As empresas e profissionais contratados são responsáveis pelos danos causados diretamente ao Instituto e seus segurados ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.

10. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) O IASEP pagará, mensalmente, ao prestador de serviços de saúde, pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, conforme lista referencial do IASEP.

b) Resguardado o preço da lista referencial, o IASEP poderá à sua conveniência e disponibilidade financeira e mediante aprovação do Conselho e sua Presidência (e outros procedimentos a serem estabelecidos por meio de pacotes que alterem o valor dos procedimentos pagos).

c) As despesas decorrentes das contratações previstas neste edital serão cobertas pelas Dotações Orçamentárias do IASEP.

d) Os serviços prestados ao IASEP serão pagos através de Conta Corrente do Banco do Estado do Pará, conforme os termos do Decreto nº 877/2008;

11. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para atender as despesas decorrentes do credenciamento, o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará, valer-se-á de recursos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

| | |
|-------------------------------------|---|
| FONTE DE RECURSOS | RECEITA PRÓPRIA - 0261 |
| PROJETO ATIVIDADE | GESTÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE AO SERVIDOR - 8242 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS | PESSOA JURÍDICA - 339039 |

12. DAS SANÇÕES



O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei de Licitações e demais normas legais, assegurado o direito de ampla defesa.

13-DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) O IASEP poderá, a qualquer tempo, motivadamente, adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular a presente **Chamada Pública**, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for;
- b) O Instituto poderá, a qualquer tempo, realizar novas **Chamadas Públicas**, através da divulgação nos meios de comunicação disponíveis para atender suas necessidades de credenciamento;
- c) Os casos omissos nesta Chamada Pública, serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento;
- d) Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação da presente **Chamada Pública** a ser divulgada, conforme as necessidades do IASEP deverão ser encaminhadas por escrito à Comissão Técnica de Credenciamento, no prazo de 03(três) dias úteis após a publicação dos respectivos instrumentos acima.

Belém, 09 de Março de 2020.

BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
Presidente IASEP

FRANK KARSON XABREGAS LOBATO
Presidente da Comissão de Credenciamento do IASEP

ROBSON MANOEL COSTA PEREIRA
Membro da Comissão de Credenciamento

DANIEL ARACATY LOBATO
Membro da Comissão de Credenciamento

YARA MARIA BARROS CAVALEIRO DE MACEDO
Membro da Comissão de Credenciamento

LEANDRO LUCAS DOS SANTOS
Membro da Comissão de Credenciamento

ANDREA FONTENELE GOMES ALVES
Membro da Comissão de Credenciamento

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS SOLICITADOS - COM ÁREA DE ABRANGÊNCIA: : ABAETETUBA, ACARÁ, ALTAMIRA, ANANINDEUA, BARCARENA, BELÉM, BENEVIDES, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CASTANHAL, GARRAFÃO DO NORTE, ITAITUBA, JACUNDÁ, MARABÁ, MARITUBA, OUREM, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SALINOPOLIS, SANTA IZABEL, SANTARÉM, TAILÂNDIA, TOMÉ-AÇÚ, TUCURUI, XINGUARA.

| ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL | |
|--|---|
| 1-CONSULTA MÉDICA NAS ESPECIALIDADES DE: | CLÍNICA MÉDICA, PEDIATRIA, GINECOLOGIA, OBSTETRICIA, DERMATOLOGIA, OFTALMOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA, CARDIOLOGIA, PNEUMOLOGIA, UROLOGIA, REUMATOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, NUTRIÇÃO, MASTOLOGIA, NEUROLOGIA, HEPATOLOGIA, CIRURGIA GERAL. |
| 2-TRATAMENTO SEQUENCIAL AMBULATORIAL: | FISIOTERAPIA, PSICOLOGIA, FONOTERAPIA, TERAPIA OCUPACIONAL, ACUPUNTURA, RPG, AUDIOMETRIA. |
| 3-APOIO DIAGNÓSTICO EM: | ANÁLISE CLÍNICA, DIAGNÓSTICO POR IMAGEM GRUPO I, II E III; DIAGNOSE ESPECIALIZADA: CARDIOLOGIA, GINECOLOGIA, OFTALMOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA. |
| 4- ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR: | ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E OU EMERGÊNCIA, INTERNAÇÃO CLÍNICA/ CIRÚRGICA/ OBSTÉTRICA E PEDIÁTRICA / UTI. |



ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
EMPREGADOS MENORES

Ao

IASEP - Comissão De Credenciamento

Ref: CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

Prezados Senhores,

A empresa/clínica _____, CNPJ nº _____, sediada _____, através de seu Representante Legal, _____, CPF: _____, por seu responsável legal infra-assinado, **DECLARA**, sob as penas da rescisão do futuro contrato, para os devidos fins requeridos no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666 de 1993, que não tem em seus quadros de empregados menor de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Belém, ____ de Fevereiro de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº. /2020.

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ E, PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME
CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2020, MUNICÍPIO DE / PA.

O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ-IASEP, é uma Pessoa Jurídica De Direito Público Interno, com Sede à Av. Gentil Bittencourt nº.2175, São Brás, Município de BELÉM/PA, CEP:66063-018, inscrito no C.N.P.J. nº. 05.056.031/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA, brasileiro, Estado Civil casado, Advogado, portador da Cédula de Identidade nº.18940 expedida pelo OAB/PA, CPF nº.004.521.132-96, residente em Belém/PA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro,, inscrito no CNPJ sob o nº. , com endereço à Nº , Bairro , CEP: , neste ato representado por , portador(a) da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF/MF sob nº, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, mediante as condições constantes nas cláusulas que

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O CONTRATADO prestará serviços na área da saúde, aos Segurados Titulares e Dependentes do IASEP discriminados no Anexo I do presente Contrato, previamente definidos e, em consonância com as necessidades do CONTRATANTE, que integra este instrumento, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO: Constituem

Obrigações do CONTRATADO:

2.1 - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

2.1.1 - Os serviços serão executados na área de saúde, em instalações próprias do CONTRATADO, com seus próprios recursos, equipamentos, materiais e demais meios necessários para o cumprimento do objeto deste contrato;

2.1.2 - Os equipamentos e instrumentais necessários para a correta execução dos serviços, manutenção, bem como, calibração, para o bom estado de conservação e funcionamento, respectivamente, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO, devendo obedecer às Recomendações da Diretoria Colegiada – RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

2.1.3 - Os Produtos para a saúde, ou materiais técnicos deverão estar devidamente registrados na ANVISA;

2.1.4 - É vedado ao CONTRATADO, sob qualquer hipótese, pretexto ou alegação, discriminar ao atender os Segurados do IASEP de forma distinta daquela dispensada aos clientes vinculados a outras Operadoras de planos de saúde;

2.1.5 - O CONTRATADO deverá realizar a marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos de forma a atender às necessidades dos Segurados do IASEP, privilegiando os casos de emergência ou urgência, assim como aqueles com mais de sessenta anos de idade, as gestantes, lactantes, lactentes e crianças até cinco anos de idade;

2.1.6 - O atendimento seguirá prioritariamente as normas deste Contrato, considerando inclusive o disposto no ANEXO I, que é parte integrante deste Instrumento;

- 2.1.7 - O CONTRATADO deverá manter atualizados, os dados do Responsável Técnico, pelo serviço prestado ao CONTRATANTE, sob pena de suspensão;
- 2.1.8 - A eventual alteração de qualquer ato constitutivo deverá ser comunicada previamente ao CONTRATANTE. No caso de mudança de endereço do CONTRATADO, o novo local sofrerá vistoria técnica e, após o IASEP analisar a conveniência de manter os serviços no novo endereço, podendo ainda, rever as condições do Contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente;
- 2.1.9 - O CONTRATADO deverá apresentar produção de serviços, mensalmente, conforme cronograma disponibilizado pelo CONTRATANTE;
- 2.1.10 - “Caso o CONTRATADO decida pela suspensão da prestação dos serviços, deve informar á CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e apresentando a devida justificativa, sob pena de incidência das penalidades previstas na CLÁUDULA QUINTA.
- 2.1.11 - O CONTRATADO deverá disponibilizar agendamento para os Segurados do IASEP, dentro dos dias úteis de cada mês. Para assistência ambulatorial- consultas médicas, deverão assegurar a quantidade mínima de produção, de 20 (vinte) consultas semanais aos segurados do IASEP, sob pena de suspensão;
- 2.1.12 - A mudança de Diretor Clínico, Responsável Técnico, bem como do Corpo Clínico, deverá ser comunicada imediatamente ao CONTRATANTE, para a adoção de providências internas cabíveis;
- 2.1.13 - É vedada a cessão, transferência ou comprometimento de quaisquer obrigações desse Contrato a terceiros, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- 2.1.14 - É responsabilidade, do CONTRATADO, cuidar da manutenção e da utilização da senha individual de cada funcionário que for indicado parapossuí-la;
- 2.1.15 - É vedado o atendimento do segurado sem documento de identificação com fotografia, excetuando-se menores até 10 anos de idade;
- 2.1.16 - É vedado ocultar o nome do credenciado assim como o número do registro no Conselho de Classe;
- 2.1.17 - É obrigatória a utilização dos códigos e dos preços da Lista Referencial do IASEP;
- 2.1.18 - É de inteira responsabilidade do CONTRATADO a veracidade dos dados cadastrais, expressos neste contrato;
- 2.1.19 - É de inteira responsabilidade do CONTRATADO a digitação dos dados, de serviços produzidos com o atendimento dos segurados, para efeito de apresentação da fatura mensal;
- 2.1.20 - Deverá O CONTRATADO cumprir fielmente as Normas Gerais do Sistema e-saúde;
- 2.2 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Os Serviços serão executados em conformidade e observância com os seguintes critérios:
- 2.2.1 - Para a realização do Atendimento aos Segurados do IASEP, é imprescindível a solicitação de identificação, através do CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO IASEP, acompanhado de documento de identificação civil; Comprovação de estar em dia com as contribuições para com o IASEP;
- 2.2.2 - Os atendimentos deverão ser efetuados, mediante consulta prévia no sistema informatizado, e-saúde, do CONTRATANTE quanto: a situação cadastral do Segurado referente à regularidade da contribuição, o cumprimento de carências e a disponibilidade de cotas para a realização de procedimentos;
- 2.2.3 - O CONTRATADO está autorizado a realizar os procedimentos discriminados no ANEXO I deste Instrumento.
- 2.3 - DA APRESENTAÇÃO DA COBRANÇA: a Cobrança dos serviços prestados deverá ser apresentada pelo CONTRATADO no Protocolo institucional, com a observância dos seguintes parâmetros:
- 2.3.1 - A Cobrança dos serviços prestados é constituída de CAPA DE LOTE, gerada no sistema e-saúde, de forma eletrônica.
- 2.3.2 - O período de apresentação das Cobranças, dos Serviços prestados pelo CONTRATADO, será assim realizado:

Belém – do 1º ao 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços realizados;
Demais Municípios- do 5º ao 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços realizados.

- 2.4 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO: Constituem responsabilidades do CONTRATADO:
- 2.4.1 – As Obrigações e encargos trabalhistas, resultantes de vínculo empregatício, relativos ao pessoal para execução do objeto deste Contrato, por parte do CONTRATADO, não caracteriza em nenhuma hipótese transferência de responsabilidades dos referidos encargos ao CONTRATANTE;
- 2.4.2 – Os danos decorrentes de culpa por parte do quadro profissional e/ou de terceiros, autorizados pelo CONTRATADO para a execução de serviços, assim como, os em decorrência de falhas em instalações e equipamentos;
- 2.4.3 – Os prejuízos decorrentes de atos e omissões danosas, aos Segurados do IASEP, praticados por seus empregados, prepostos, diretores ou profissionais por si autorizados;
- 2.4.4 – Todos os encargos de natureza tributária incidentes sobre os valores dos serviços prestados, ficando o CONTRATANTE autorizado a efetuar as retenções e os recolhimentos previstos em Lei;
- 2.4.5 – Os documentos de cobrança deverão ser assinados pelo CONTRATADO, ou por pessoa legalmente autorizada para o ato, a qual com a aposição de sua assinatura e carimbo confirmarão a procedência e lisura da documentação, assumindo responsabilidade solidária com o CONTRATADO para todos os fins de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Constituem obrigações do IASEP:

3.1 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

- 3.1.1 - O CONTRATANTE disponibilizará acesso ao Sistema informatizado, e- saúde, e realizará treinamento, em local previamente determinado, para a utilização do referido sistema;
- 3.1.2 - O CONTRATANTE deverá informar previamente ao CONTRATADO sobre toda e qualquer alteração ocorrida nos seus procedimentos administrativos, que possa repercutir no atendimento aos Segurados do IASEP;
- 3.1.3 - Zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com qualidade e resolutividade, cumprindo rigorosamente o estabelecido neste Contrato, realizando vistoria e ou auditoria técnica amostral, sem que, isso interfira na relação médico-paciente, bem como na conduta diagnóstica e/ou na proposta terapêutica adotadas pelo CONTRATADO, desde que consentâneos com a ética e com saber científico preconizado na atualidade;
- 3.1.4 - Zelar para que o CONTRATADO atenda o Segurado do IASEP dentro do estabelecido pelo Código de Ética das respectivas profissões;
- 3.1.5 - O CONTRATANTE procederá A Auditoria Concorrente e retrospectiva da Fatura protocolada, efetuando o pagamento dos serviços realizados, na forma e prazos constantes deste Instrumento.
- 3.2 - DO PREÇO: Os serviços prestados pelo CONTRATADO serão remunerados com base nos seguintes critérios:
- 3.2.1 - Que tenham sido efetivamente prestados aos Segurados do IASEP, com base na solicitação do Médico Assistente;
- 3.2.2 - Os preços dos serviços são os constantes da LISTA REFERENCIAL DO IASEP, correspondente a data da realização dos mesmos;
- 3.2.3 – O realinhamento dos preços praticados na LISTA REFERENCIAL DO IASEP, dar-se-á após análises de impactos financeiros e comprovada disponibilidade orçamentária, com o referendo do Conselho de Administração - CONAD.
- 3.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os Pagamentos pelos serviços prestados serão efetuados tendo como base as seguintes condições:
- 3.3.1 - O pagamento dos serviços prestados será realizado no prazo de 90(noventa) dias, a partir da

apresentação das contas ao CONTRATANTE, excetuando-se o valor referente a glosas;

3.3.2- “Enquanto o CONTRATADO não cumprir a obrigação do item anterior, não será computado o início do prazo á CONTRATANTE.”

- O CONTRATADO deve apresentar a Nota Fiscal e Recibo, acompanhados de Guias de recolhimento de FGTS e INSS, devidamente quitadas, referente ao mês anterior a execução do serviço;

3.3.3 - Os pagamentos devidos ao CONTRATADO, serão efetuados através de Ordem Bancária em Conta Corrente do Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, conforme os termos do Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008;

3.3.5- O IASEP pagará mensalmente ao(a) CONTRATADO após análise técnica e conferência administrativa e auditoria técnica pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao total de atendimentos realizados, em conformidade com a LISTA REFERENCIAL DO IASEP, cujo valor global é estimado em R\$ (), para o período de 12 meses.

3.4 - MECANISMO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO:

3.4.1 - A execução do presente Contrato será avaliada pelo CONTRATANTE, através de procedimento de Vistoria, supervisão direta “*in loco*” e auditoria técnica, com a finalidade de verificar a qualidade dos serviços prestados, podendo acessar qualquer documento necessário ao controle e avaliação dos mesmos, ficando resguardados os procedimentos éticos e de sigilo profissional;

3.4.2 - É vedado ao CONTRATADO impedir o acompanhamento e a fiscalização dos serviços que realiza e, prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos técnicos designados pelo CONTRATANTE, para essa finalidade;

CLÁUSULA QUARTA - DA ANÁLISE DA COBRANÇA DOS SERVIÇOS

PRESTADOS: A documentação que integra a Cobrança dos serviços realizados e, apresentados pelo CONTRATADO, passará por análise técnica e conferência administrativa por parte do CONTRATANTE, para verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pelo IASEP, ou detectar situações que exijam maior avaliação da estrutura dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico e em caso de ser constatada inconsistência administrativa e ou técnica será objeto de Glosa, não cabendo recurso administrativo da mesma.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES: Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

5.1 - ADVERTÊNCIA – aplicável nos casos de qualquer das Cláusulas do Contrato, passando a referida advertência, a fazer parte da Pasta do Credenciado;

5.2 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO – aplicável nos casos ou reincidência do item anterior, e na situação prevista no item 2.1.10, deste instrumento;

5.3 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATAR COM O IASEP – aplicável nos casos reincidência do item anterior, por prazo não superior a 2 anos;

5.4 - DECLARAÇÃO COM INIDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL - nas situações de litígio envolvendo o CONTRATANTE e o CONTRATADO, será instaurado Processo Administrativo para apuração dos fatos, após conclusão se indicado, será encaminhado ao Órgão competente do Estado, para as medidas legais cabíveis;

5.5 - RESCISÃO DO CONTRATO – aplicável nos casos previstos nos Artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização do Contrato se dará da seguinte forma:

6.1 - Conforme artigo 67 da Lei 8.666/93, a prestação dos serviços contratados, será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do CONTRATANTE, especialmente

designado, para a função de Fiscal do Contrato, com atribuições específicas;

6.2 – A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, a sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE, de seus Agentes ou Prepostos;

6.3 – Quaisquer exigências da fiscalização inerente ao Objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.4 Fica designada a **Gerência de Regulação e Saúde**, que procedera fiscalização e controle do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ORÇAMENTO: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária do CONTRATANTE, para o exercício 2015, conforme discriminação abaixo:

| | |
|-------------------------------------|---|
| FONTE DE RECURSOS | RECEITA PRÓPRIA - 0261 |
| PROJETO ATIVIDADE | GESTÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE AO SERVIDOR - 8242 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS | PESSOA JURÍDICA - 339039 |

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: O presente Contrato terá a vigência de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo, de comum acordo, mediante Termo Aditivo, ser renovado até o limite legal, permitido na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO: A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações, em especial, pela inobservância da Legislação vigente e os compromissos previstos neste Contrato;

9.1 - A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE, nos casos enumerados na Lei 8.666/93 e suas alterações, comunicando expressamente ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados;

9.2 - O CONTRATADO poderá resilir administrativamente o Contrato, de acordo com o previsto na Lei 8.666/93 e suas alterações, desde que comunique expressamente esta intenção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, hipótese em que será procedido o seu descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS: Fica definido que os casos omissos serão submetidos à apreciação e deliberação do Contratante, cabendo recurso da decisão proferida ao Conselho de Administração do IASEP – CONAD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO: O presente Contrato deverá ser publicado em forma de Extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, para dirimir questões referentes à execução do presente Contrato e seus aditivos, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos contratantes e nem pelo CONAD.

E, por estarem, assim, justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.



Belém, PA, _____ de _____ de 2020

PRESIDENTE DO IASEP

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL
Ao**

IASEP - Comissão De Credenciamento

Ref: CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do C.P.F. n.º, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações físicas, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto desta Chamada Publica.

Local/Data

Representante legal (com carimbo da empresa)

RG nº CPF nº

OBS: Esta declaração dever ser feita em papel timbrado da empresa



ANEXO V

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

| | |
|---|--|
| NOME | |
| CNPJ | |
| CHAMADA PUBLICA N°002/2020 | |
| ÁREA DE ATUAÇÃO | |
| ESPECIALIDADES À CREDENCIAR | |
| ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL | |
| 1-CONSULTA MÉDICA NAS ESPECIALIDADES DE: | |
| | |
| 2-TRATAMENTO SEQUENCIAL AMBULATORIAL: | |
| 3-APOIO DIAGNÓSTICO EM: | |
| 4- ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR | |

A Lista Referencial do IASEP representa a sistematização dos códigos para procedimentos e exames das tabelas AMB 92, AMB 96, LPM, além dos códigos próprios e de pacotes do IASEP para identificação similar a itens incluídos mais recentemente e constantes da CBHPM: contêm os respectivos preços praticados pelo IASEP com os nivelamentos de valoração para o coeficiente de Honorários de procedimentos e Apoio Diagnóstico em Exames Laboratoriais, Imagem, valores de Diárias e Taxas por grupamento de Hospitais por categorias.

Representante legal (com carimbo da empresa)

RG nº CPF nº

OBS: Esta declaração dever ser feita em papel timbrado da empresa